

LOCALIZANDO OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DESAFIOS DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS MAIS POPULOSOS E COM ALTA VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030

Márcia Muchagata
Wanessa Debôrtoli de Miranda
Luisa da Matta Machado Fernandes
Fausto Pereira dos Santos
Zorilda Gomes de Araujo
Rômulo Paes-Sousa

Instituto René Rachou, Fiocruz Minas, Belo Horizonte-Minas Gerais, Brasil

A capacidade para governança é fundamental para a localização da Agenda 2030, quando essa chega aos territórios. Este artigo objetiva identificar a capacidade instalada em municípios, em sua maioria pertencentes ao g100, para a governança da Agenda e descrever ações desenvolvidas, barreiras e facilitadores para incorporação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Questionário *online* foi enviado para esses municípios, sendo recebidas 38 respostas válidas. Foram realizadas análises descritivas das respostas. Quinze prefeituras desenvolvem ações relacionadas à Agenda 2030. Os principais ODS trabalhados são os ODS 3, 2, 4 e 11. O interesse de prefeitos/as é um dos fatores-chave para adoção da Agenda. Os municípios que não têm atividades na Agenda 2030 citaram como razões a falta de recursos e conhecimento insuficiente dos gestores. As principais recomendações são de retomada do protagonismo do governo federal na localização dos ODS e investimento massivo em sensibilização e capacitação de dirigentes, que devem conter conceitos práticos de aplicabilidade para a realidade dos municípios e possibilitar o monitoramento da Agenda 2030.

Palavras-chave: Agenda 2030; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; planejamento governamental; gestão municipal, plano plurianual.



LOCALIZANDO OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE: DESAFÍOS PARA LA IMPLEMENTACIÓN DE LA AGENDA 2030 PARA GRANDES CIUDADES BRASILEÑAS CON ALTA VULNERABILIDAD SOCIOECONÓMICA

La capacidad de gobernanza es fundamental para la localización de la Agenda 2030, cuando llegue a los territorios. Este artículo tiene como objetivo identificar la capacidad instalada en los municipios, en su mayoría pertenecientes al g100, para la gobernanza de la Agenda y describir acciones desarrolladas, barreras y facilitadores para la incorporación de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). Se envió un cuestionario en línea a estos municipios y se recibieron 38 respuestas válidas. Se realizaron análisis descriptivos de las respuestas. Quince alcaldías desarrollan acciones relacionadas con la Agenda 2030. Los principales ODS trabajados son los ODS 3, 2, 4 y 11. El interés de los alcaldes es uno de los factores clave para la adopción de la Agenda. Los municipios que no tienen actividades en la Agenda 2030 citaron como razones la falta de recursos y el conocimiento insuficiente de los gestores. Las principales recomendaciones son retomar el papel protagónico del gobierno federal en la localización de los ODS y una inversión masiva en sensibilización y formación de líderes, incluyendo conceptos prácticos que puedan aplicarse a la realidad de los municipios y permitir el seguimiento de la Agenda 2030.

Palabras clave: Agenda 2030; Objetivos de Desarrollo Sostenible; planificación gubernamental; gestión municipal; plan plurianual.

LOCALIZING SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS: CHALLENGES FOR THE IMPLEMENTATION OF THE 2030 AGENDA FOR LARGE BRAZILIAN CITIES WITH HIGH SOCIOECONOMIC VULNERABILITY

The capacity for governance is fundamental for the localization of the 2030 Agenda, when it arrives in the territories. This article aims to identify the installed capacity in municipalities, mostly belonging to the g100, for the governance of the Agenda and describe actions developed, barriers and facilitators for the incorporation of the Sustainable Development Goals (SDGs). An online questionnaire was sent to these municipalities, and 38 valid responses were received. Descriptive analyzes of the responses were carried out. Fifteen city halls develop actions related to the 2030 Agenda. The main SDGs worked on are SDGs 3, 2, 4 and 11. The interest of mayors is one of the key factors for adopting the Agenda. Municipalities that do not have activities in the 2030 Agenda cited the lack of resources and insufficient knowledge of managers as reasons. The main recommendations are to resume the federal government's leading role in localizing the SDGs and massive investment in raising awareness and training leaders, which must contain practical concepts that can be applied to the reality of municipalities and enable monitoring of the 2030 Agenda.

Keywords: 2030 Agenda; Sustainable Development Goals; governmental planning; city management, pluriannual plans.

1. INTRODUÇÃO

Ratificada em setembro de 2015 pelos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas, a Agenda 2030 é um plano de ação global para a erradicação da pobreza e promoção de uma vida digna para todos, “sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (ONU, 2015). Resultado da união entre a pauta de sustentabilidade global iniciada com a “Agenda 21” e da experiência adquirida com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Agenda 2030 se organiza em torno de 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que estabelecem 169 metas para serem alcançadas até 2030, com o intuito de ser um guia para as ações de indivíduos, estados e demais instituições rumo a um 2030 sustentável (ONU, 2015; ONU, 2015b). A Agenda 2030 é um marco histórico internacional na medida em que congrega esforços entre Estados e outras instituições - como organizações internacionais, a sociedade civil, a academia e o setor privado - em torno de um mesmo plano de ação, no qual se espera a construção de vias de cooperação entre todas estas partes (Chasek *et al.*, 2016).

A promoção dos ODS como ferramentas práticas para o desenho de políticas e ações por agentes públicos e privados prevê a necessidade da internalização por cada país, ou seja, a adaptação de metas e indicadores globais dos ODS à realidade de cada nação (Rodrigues, 2017). Concomitantemente ao processo de internalização, o processo de localização, quando a Agenda chega aos territórios, sejam esses estados ou municípios, é um grande desafio para gestores, colocando a necessidade de inserção da Agenda em uma proposta intersetorial e interescalar (do global ao local) (Gallo; Setti, 2014). O protagonismo dos entes subnacionais para abraçar a Agenda 2030 e alcançar as metas estabelecidas para 2030 é de grande relevância no cenário nacional, uma vez que boa parte dos investimentos para alcançar os ODS ocorre no nível subnacional e é conduzida pelas autoridades locais.

No âmbito federal, o Brasil, que foi um dos protagonistas no processo de debate internacional para a criação da Agenda 2030 (Gomes; Barbosa; Oliveira, 2022), estabeleceu um processo de governança da Agenda 2030, com sua criação em 2016, por meio de decreto da Comissão Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS). O Brasil também realizou um trabalho de criação de metas para país, estabeleceu um plano de ação, deu início à adequação de indicadores e apresentou, ainda em julho de 2017, um primeiro Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ENAP, 2018). Para o fortalecimento da territorialização dos ODS, a CNODS assumiu como necessário estimular quatro ações: i) estimular a criação de Comissões Estaduais e Municipais paritárias para a implementação dos ODS, ii) disseminar metodologias para integração e articulação dos ODS com as políticas públicas e orçamentos nos níveis de governos subnacionais, iii) premiar, reconhecer e dar visibilidade às boas práticas que contribuem para alcance dos ODS e iv) sistematizar e divulgar boas práticas em ODS (CNODS, 2018). No entanto, a partir de 2018, essa pauta perde

importância e, em 2019, a CNDOS é extinta, assim como diversos outros órgãos colegiados da administração pública federal, e o trabalho de estímulo e apoio aos entes subnacionais deixou de ser realizado pelo governo federal, excetuando-se a ação isolada de alguns órgãos. A última gestão federal não promoveu política pública voltada para a organização dos processos de transferência para os níveis subnacionais com foco para implementação da agenda, levando à fragmentação e duplicação de iniciativas no que se refere a métodos e prioridades para sua implementação (Grin; Pantoja, 2023).

Em um quadro em que o governo federal tem relegado a Agenda 2030 a um segundo plano, o papel dos entes subnacionais ganha importância para o alcance dos ODS, especialmente devido às agências da ONU e inúmeros organismos internacionais apresentarem essa agenda como prioridade e estarem apoiando entes federados na implementação da Agenda 2030. Também é importante ressaltar que no plano internacional, mesmo que o país não esteja produzindo relatórios regularmente, os indicadores dos ODS continuam sendo monitorados pelas Nações Unidas e outras organizações e, no intuito de não deixar ninguém para trás, todos os esforços produzem impactos que podem e devem ser contabilizados.

Há quase seis anos para chegada a 2030, verificamos que crises sucessivas, como a pandemia de Covid-19 e os impactos mundiais da Guerra na Ucrânia, colocam os avanços da Agenda 2030 em grande risco. Ao constatar essa situação, o Secretário Geral das Nações Unidas, ao publicar o relatório de 2022 sobre os ODS, aponta que essas crises comprovam a importância de não deixar ninguém para trás e a necessidade de resgatar a Agenda 2030 (ONU, 2022). Para a aceleração da Agenda no Brasil, o processo de localização dos ODS é essencial. O país praticamente não teve uma política de localização e os primeiros esforços do governo federal em capitanear a Agenda 2030 foram praticamente abandonados a partir de 2016. Para Santos-Carrillo, Fernández-Portillo e Sianes (2020), uma boa governança da Agenda - medidas adotadas pelo governo para sua implementação - exige maior nível de centralização da autoridade de um país.

Em 2023, o Brasil tem a oportunidade de resgatar esta Agenda 2030 e seus ODS na elaboração do PPA 2024-2028. É necessário não apenas que o planejamento federal seja aderente à agenda, mas que sejam envidados esforços para que a ação federal inspire e estimule ativamente os demais entes federados, demonstrando como ela pode ser uma agenda para o desenvolvimento local, facilitando o acesso a ferramentas de monitoramento. A retomada da coordenação federativa é essencial para a localização dos ODS, ocupando centralidade na governança da Agenda, mas com envolvimento da sociedade civil, de todas as áreas de governo, dos demais poderes e dos entes federados.

Os ODS são exemplos de políticas intersetoriais coordenadas que buscam enfrentar problemas complexos; logo, para sua implantação, os municípios necessitam de capacidade para governança, o que representa grande desafio para países de todo o mundo. Apesar da reconhecida importância da governança para implementação dos ODS nos territórios, nos

próprios documentos da Agenda há uma subestimação dessa dimensão nos índices dos ODS. Os índices atribuem um peso menor à governança em comparação com as outras dimensões da sustentabilidade; além do mais, a maioria dos indicadores de governança não mede a dinâmica relacional subjacente às políticas de desenvolvimento sustentável (García-Peña; González-Medina; Diaz-Sarachaga, 2021). Isso torna ainda mais importante a construção de pesquisas que explorem a governança para a Agenda, especialmente nos governos locais, tendo em vista o desafio da localização dos ODS.

O presente artigo tem o propósito de fornecer subsídios para apoiar a localização dos ODS no país. Para isso, propõe-se a identificar a capacidade instalada em municípios, em sua maioria pertencentes ao g100, para a governança da Agenda 2030 e descrever ações desenvolvidas, barreiras e facilitadores para incorporação dos ODS na gestão municipal.

2. METODOLOGIA

Este é um estudo transversal que contou com coleta de dados por meio de questionário online que foi encaminhado a pessoas que potencialmente estariam vinculadas a ações relacionadas à Agenda 2030. As pessoas entrevistadas foram indicadas pelos gabinetes da principal autoridade pública municipal, prefeito ou prefeita. Tratam-se de assessores do prefeito ou da prefeita, secretários ou servidores responsáveis pelo tema nas secretarias de planejamento ou de meio ambiente. A partir de parceria com a Frente Nacional de Prefeitos, as demandas da pesquisa eram encaminhadas aos gabinetes prefeitos dos municípios, que por sua vez repassavam aos responsáveis pelo tema.

2.1 Municípios participantes

Inicialmente, os municípios potenciais a participar do estudo eram aqueles pertencentes ao g100 da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). A Frente Nacional de Prefeitos é uma entidade municipalista nacional dirigida por prefeitas e prefeitos em exercício dos seus mandatos e que reúne todas as capitais e os municípios com mais de 80 mil habitantes, totalizando 415 cidades, que abrigam em seu conjunto pouco mais de 60% da população brasileira. A FNP tem por objetivos zelar pelo princípio constitucional da autonomia municipal, visando garantir a participação plena dos municípios no pacto federativo e promover a participação ativa dos municípios nas questões urbanas e na interlocução com os três poderes no âmbito estadual e federal, e com a sociedade civil organizada.

O g100 reúne municípios com mais de 80 mil habitantes, que têm como características baixa receita per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica. A formação desse grupo se deu a partir do diagnóstico que emergiu da realização do Anuário Multi Cidades pela FNP, em 2009. Na ocasião, foi identificado que muitos municípios populosos tinham arrecadação e indicadores

sociais muito mais baixos que outros municípios de mesmo porte (FNP, 2013). São municípios que estão em geral nas regiões metropolitanas, com perfil de cidades dormitórios ou, então, são polos regionais. Ao criar esse grupo, a FNP buscou destacar a vulnerabilidade socioeconômica e fiscal destes municípios a fim de buscar políticas públicas que contemplem essa realidade e esses desequilíbrios (Lacerda, 2022)

Desde 2013 a FNP tem procurado realizar um levantamento bienal dos índices econômicos e sociais dos municípios do g100 e avaliar a evolução dessas cidades. A ponderação do índice g100 foi fixada considerando os seguintes parâmetros: 70% - Média da Receita Corrente per capita dos 3 últimos anos; 10% - Proporção das crianças entre 0 e 5 anos matriculadas no ensino infantil; 10% - Proporção da população exclusivamente dependente do SUS; 10% - Proporção da população abaixo da linha da pobreza. (FNP, 2020)

Dessa forma, os municípios foram ranqueados, sendo que os que estão no topo do *ranking* são os municípios com maiores vulnerabilidades. Para ser excluído do grupo, é necessário que o município se mantenha fora do g100 por dois levantamentos consecutivos, o que faz com que o número de municípios integrantes sofra variações. No levantamento de 2020, foram identificados 112 municípios no g100 (a lista consta do Anexo 1)

A implementação da Agenda 2030 é ainda mais importante para esse grupo, que apresenta déficits em várias áreas. Cidades populosas, com escassez crônica de recursos, demandam de seus administradores objetividade em suas prioridades, boa capacidade de planejamento e gestão, e capacidade de mobilizar formas alternativas de financiamento para o desenvolvimento de projetos de desenvolvimento sustentável.

Porém, durante a coleta, outros municípios que não pertencem ao g100 responderam ao questionário. Com o objetivo de aumentar a riqueza dos achados, para este artigo tais respostas foram consideradas.

2.2 Coleta e análise dos dados

Um questionário semiestruturado foi desenvolvido com os seguintes objetivos: identificar a capacidade instalada nos municípios para a governança da Agenda 2030; levantar as principais ações em desenvolvimento nos municípios que se relacionam com a Agenda 2030; e avaliar barreiras e facilitadores para a incorporação da Agenda 2030 na gestão municipal.

O questionário autoaplicável foi elaborado no software *Survey Monkey* e permitiu uma sequência lógica de ramificação, que altera a próxima pergunta à qual respondentes são direcionados com base na resposta dada à pergunta anterior. O questionário contou com 44 questões no total, sendo nove abertas e as demais fechadas, com a maioria dessas disponibilizando a alternativa “outros-especifique”. Devido à lógica de ramificação, cada respondente seguiu um caminho próprio, não tendo que obrigatoriamente responder a todas as perguntas.

O questionário foi organizado em cinco blocos: 1) identificação do respondente e caracterização do município, 2) informações sobre instrumentos de gestão adotados pelo município, 3) conhecimento sobre a Agenda 2030, 4) temas da Agenda 2030 como parte da narrativa política e 5) Governança na Agenda 2030.

Para sua construção foi realizada revisão da literatura científica, nacional e internacional, e debates entre os pesquisadores envolvidos. Optou-se por não incluir perguntas que fizessem com que os respondentes tivessem que interromper a resposta ao questionário para consulta a outras fontes e que pudessem ser obtidas pela pesquisa por fontes secundárias, como, por exemplo, o PIB *per capita* do município.

Para validação, o questionário foi submetido a membros do corpo técnico da Frente Nacional de Prefeitos e, após sua aprovação, foi feito um pré-teste, com envio para dois municípios integrantes do g100 na semana de 22 a 27 de novembro de 2021. A partir do pré-teste, o questionário sofreu pequenos ajustes. O envio por e-mail se deu por meio de uma lista de contatos fornecida pela FNP. No primeiro envio, em 23 de novembro de 2021, de um total de 158 contatos (havia mais de um contato para algumas prefeituras), 59 mensagens foram abertas (36,1%), 86 não o foram (54,4%) e 13 foram devolvidas pelo provedor (8,2%). Nessa rodada, o questionário foi acessado 19 vezes, sendo respondido por 14 prefeituras (13 respostas completas e uma parcial).

Outros envios foram feitos por e-mail e por meio de links para o questionário enviados por WhatsApp, que foi o coletor com mais respostas (24 no total). Esses envios aconteceram mediante contato prévio da equipe de pesquisa e/ou da FNP com os respondentes. Alguns desses links foram compartilhados, alcançando respondentes de municípios que não fazem parte do g100.

A coleta de respostas foi encerrada no dia 16 de março de 2022, com 38 respostas totais ou parciais ao questionário. Três questionários foram eliminados por estarem incompletos e não conterem o contato do respondente. Quatro municípios responderam ao questionário mais de uma vez e nesses casos considerou-se para fins de análise a primeira resposta dada. Das 31 respostas consideradas na análise, sete não pertencem a representantes de municípios do g100, mas essas foram contabilizadas para fins de análise neste artigo, com observações específicas para esse grupo, quando pertinente.

Foram realizadas análises descritivas dos dados com apoio do programa Microsoft Excel. As questões abertas foram analisadas por meio da técnica de Análise de Conteúdo. Essa é uma técnica que pode ser aplicada tanto na pesquisa quantitativa, como na investigação qualitativa. A análise quantitativa funda-se na frequência de aparição de certos elementos da mensagem (Bardin, 2011).

3. RESULTADOS

3.1 Caracterização dos municípios que participaram da pesquisa

Municípios de todas as regiões do país responderam ao questionário, sendo o Rio de Janeiro o estado com maior número de respostas (6). A região Nordeste foi a que mais teve municípios respondentes, com 16 respostas. Do total de 31 municípios, sete não pertencem ao g100. Embora apenas 21,4% dos municípios tenham participado da pesquisa, eles cobrem a diversidade de situações do g100, tanto em termos de distribuição geográfica, tamanho da população e ranking no grupo. A renda *per capita* média 2017-19 variou de R \$1.086,24 (São Gonçalo-RJ) até R \$2.239,78 (Jequié- BA) (FNP, 2020). Esses dados podem ser visualizados no Quadro 1.

Quadro 1 - Informações sobre os municípios do g100 que participaram da pesquisa n=31

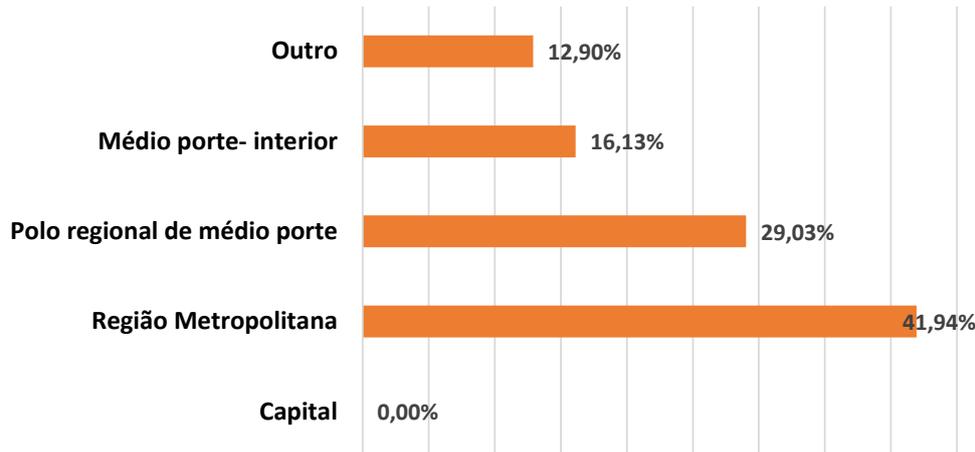
Município	Estado	População 2020	População 2019	Receita corrente per capita média 2017-2019 (R\$)	Índice g100	Ranking
São Gonçalo	RJ	1.091.737	1.084.839	1.086,24	0,1644	1°
Águas Lindas de Goiás	GO	217.698	212.440	1.295,23	0,1920	5°
Santana	AP	123.096	121.364	1.336,93	0,1928	6°
São João do Meriti	RJ	472.906	472.406	1.271,52	0,2154	13°
São Cristóvão	SE	91.093	90.072	1.420,76	0,2310	14°
Abaetetuba	PA	159.080	157.698	1.609,25	0,2372	19°
Cruzeiro do Sul	AC	89.072	88.376	1.752,01	0,2735	27°
Santa Inês	MA	89.489	89.044	1.750,87	0,2956	37°
Almirante Tamandaré	PR	120.041	118.623	1.703,92	0,3025	41°
Lagarto	SE	105.221	104.408	1.825,78	0,3083	47°
Pacatuba	CE	84.554	83.432	1.834,76	0,3152	50°
Caruaru	PE	365.278	361.118	1.893,87	0,3328	62°
Francisco Morato	SP	177.633	175.844	1.865,45	0,3357	65°
Igarassu	PE	118.370	117.019	1.974,30	0,3361	67°
Colombo	PR	246.540	243.726	1.719,36	0,3374	69°
Vitória da Conquista	BA	341.128	338.480	1.940,57	0,3396	72°
Vitória de Santo Antão	PE	139.583	138.757	2.054,84	0,3396	73°
Serra Talhada	PE	86.915	86.350	2.053,48	0,3412	75°
Timon	MA	170.222	169.107	2.048,13	0,3499	82°
Feira de Santana	BA	619.609	614.872	1.947,29	0,3546	87°
Piraquara	PR	114.970	113.036	2.037,36	0,3583	89°
Cáceres	MT	94.861	94.376	2.190,12	0,3848	106°
Jequié	BA	156.126	155.966	2.239,78	0,3920	109°

Fonte: Frente Nacional de Prefeitos 2020.

O Gráfico 1 mostra a distribuição dos municípios por porte e situação, sendo predominante os municípios que pertencem a regiões metropolitanas, seguidos por polos regionais. Uma vez que uma das características em comum do g100 é a população com mais de 80 mil habitantes,

os municípios que se caracterizarem como pequenos são justamente os sete municípios que não pertencem ao g100, que têm entre 17.830 habitantes (Capistrano- CE) e 32.312 habitantes (Itatiaia- RJ). Os municípios respondentes do g100 têm população variando entre 84.554 (Pacatuba-CE) e 1.091.737 (São Gonçalo).

Gráfico 1 - Caracterização dos municípios quanto ao porte e situação n=31



Fonte: Elaborada pelos autores, dados da pesquisa.

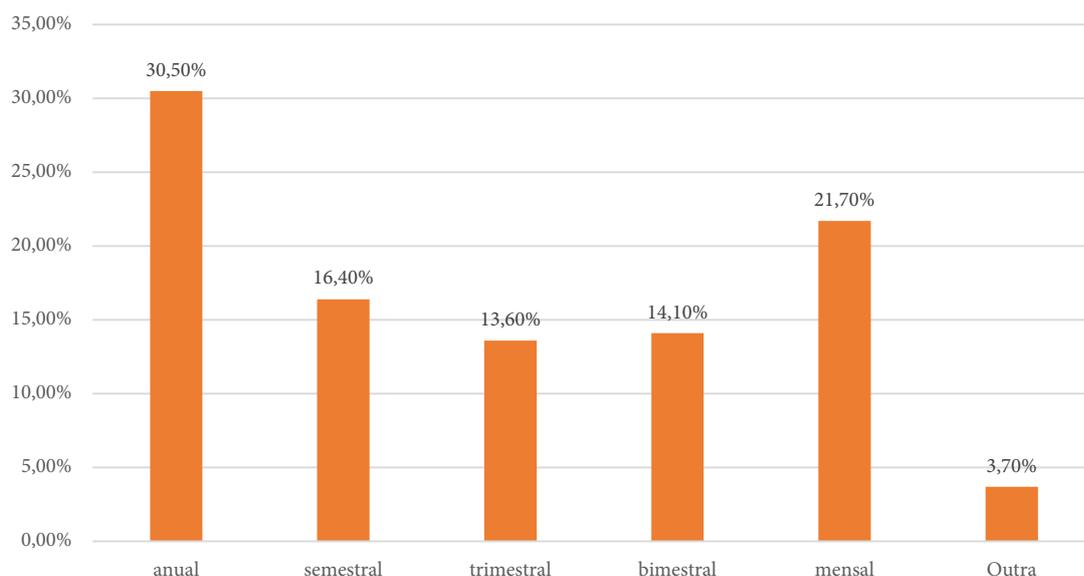
3.2 Instrumentos de gestão adotados pelo município

Uma vez que os municípios são, por legislação, obrigados a ter um Plano Plurianual (PPA), que define as ações de governo e a aplicação orçamentária, procurou-se compreender como ocorre o planejamento e quais municípios já têm a estrutura necessária para monitoramento das políticas públicas. Partiu-se da hipótese de que ferramentas de planejamento e monitoramento incorporadas à prática do município são um facilitador ou mesmo uma condição para a implementação da Agenda 2030 no nível subnacional.

No que diz respeito ao processo de elaboração do PPA, 58,1% dos municípios declararam envolver um grande número de atores no seu planejamento, com coordenação por parte do gabinete do/da prefeito/a e/ou da área de planejamento, participação das secretarias e da sociedade civil. Outros municípios têm o processo mais centralizado, com 6,5% dos municípios tendo o PPA coordenado pelo gabinete do/da prefeito/a, 16,1% pela área de planejamento da prefeitura e 19,4% pelo gabinete ou área de planejamento mais as secretarias. O número de prefeituras que contam com consultorias para apoiar ou elaborar o PPA é reduzido, apenas 6,5%.

A maioria das prefeituras realiza o monitoramento do PPA (83,9%); este monitoramento é feito predominantemente pela secretaria de planejamento (62,5%), seguido pelo gabinete do/da prefeito/a (25%). Outras estruturas que realizam monitoramento incluem as áreas de controle, o apoio de consultorias e gerências específicas para esse fim. A frequência com que é realizado o monitoramento é muito variável, predominando o monitoramento anual (30,5%), seguido pelo monitoramento mensal (21,7%), como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Frequência do monitoramento do PPA n=23



Fonte: Elaborada pelos autores, dados da pesquisa.

Algumas prefeituras dispõem de outros instrumentos de planejamento e monitoramento. A existência de marcos legais que acompanham o PPA, como as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), foi lembrada, assim como o planejamento estratégico. A realização de planejamentos setoriais ou por secretaria foi citada por cinco prefeituras. Alguns respondentes afirmaram que as prefeituras têm plano de ação e/ou metas, e o município de Vitória de Santo Antão/PE desenvolveu um sistema de demandas que é acompanhado diretamente pelo prefeito. Algumas prefeituras mencionaram planejamentos específicos, como orçamento para a infância ou para a área de saúde; uma mencionou um Plano de Desenvolvimento Institucional definido pelo Tribunal de Contas do Estado e o município de São João do Meriti/RJ citou o Plano Diretor.

Em síntese, as prefeituras que responderam ao levantamento dispõem de uma capacidade mínima para elaboração e acompanhamento dos PPA, mas pouco mais da metade tem sistemas informatizados para realizar esse monitoramento. Verifica-se por outro lado, que as ações de planejamento para além do PPA ainda são incipientes.

3.3 Conhecimento sobre a Agenda 2030

Com o intuito de compreender o contexto em relação à Agenda 2030 dos próprios respondentes do questionário, questões referentes ao conhecimento individual e a percepção de conhecimento dos servidores municipais para o tema foram elaboradas.

Na perspectiva individual, 27 pessoas responderam quanto a sua percepção de conhecimento, sendo que 40,7% consideraram seu conhecimento suficiente e 22,2% muito bom/bom. Apenas quatro dos respondentes (14,8%) disseram não ter conhecimento sobre a Agenda 2030. Aqui

podemos inferir que na maioria dos municípios participantes conseguiu-se identificar pessoas-chaves envolvidas com a Agenda 2030, seja por iniciativa individual, local ou federal.

Dezessete respondentes afirmaram ter participado de capacitações, debates ou rodas de conversa relacionadas ao tema previamente à sua participação na pesquisa, e apenas três desses descreveram o processo de capacitação como uma busca por interesse particular. Os demais participantes receberam capacitações de diferentes instituições e órgãos governamentais, como apresentado abaixo no Quadro 2. Quando a mesma pergunta é feita em relação à origem da oferta de capacitação para outros servidores, aparece também na lista organismos internacionais e relatos dos próprios respondentes terem ofertado capacitação/espço de debate.

Quadro 2 - Instituições ofertantes de capacitação com tema relacionado à Agenda 2030 n=17

Instituição Ofertante	%
O próprio município	29,4%
Órgão do governo federal	23,5%
Organização não governamental	23,5%
Organismos internacional	17,6%
Órgão do governo estadual	5,9%

Fonte: Elaborada pelos autores, dados da pesquisa.

Para além das capacitações, 13 dos respondentes informaram ter participação direta nas ações da Agenda 2030 no município, sendo 69,2% com participação na gestão, 46% na coordenação e 46% nas ações de monitoramento.

Quando questionados em relação ao conhecimento dos demais servidores e trabalhadores do município referente ao tema da Agenda 2030, 51,8% afirmaram que algum tipo de capacitação/formação já foi ofertado, no entanto, a maioria (51,8%) considera que os servidores/trabalhadores ouviram falar do ODS, mas não estão cientes da sua relevância e apenas 14,8% afirmaram que os profissionais conhecem bem os ODS e os utilizam como referência no desenvolvimento de estratégias e ações municipais.

Dos 15 municípios que estão implementando essa agenda, em três ainda não houve capacitação para os servidores. Já entre os que não estão implementando a Agenda, em apenas um houve capacitação no tema para membros da equipe da prefeitura. Os resultados encontrados sugerem que, apesar de existirem capacitações e/ou espaços de formação e discussão em relação a Agenda 2030, essas precisam ser reforçadas e renovadas enquanto estratégia das ações locais e ou prioridade da gestão. Destaca-se que 84,6% dos respondentes indicaram a necessidade de mais capacitações voltadas aos gestores e servidores municipais como um dos incentivadores para maior adesão aos ODS.

3.4 Inserção da Agenda 2030 nos municípios

Os resultados apontam que há iniciativas voltadas para à agenda 2030 em 15 (55,6%) dos 27 municípios que responderam à esta seção do questionário. Nenhum município relatou trabalhar com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, mas todos os 17 ODS aparecem listados entre os temas das ações de pelo menos um dos municípios.

Quadro 3- Frequência com que cada ODS é citado como tema relacionado às ações municipais n=15

Objetivo do Desenvolvimento Sustentável	Número de vezes que foi citado
1. Erradicação da Pobreza	11
2. Erradicar a Fome	12
3. Saúde e Bem Estar	13
4. Educação de Qualidade	12
5. Igualdade de Gênero	8
6. Água Potável e Saneamento	10
7. Energia Acessível e Limpa	5
8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico	9
9. Indústria, Inovação e Infraestrutura	7
10. Redução das Desigualdades	8
11. Cidades e Comunidades Sustentáveis	12
12. Produção e Consumo Responsáveis	7
13. Combate às Alterações Climáticas	9
14. Vida debaixo d'Água	5
15. Vida sobre a Terra	5
16. Paz, Justiça e Instituições Fortes	9
17. Parcerias e Meios de Implementação	7

Fonte: Elaborada pelos autores, dados da pesquisa.

Verifica-se uma frequência maior dos primeiros quatro ODS relacionados à erradicação da pobreza, combate à fome, saúde e educação, que já estavam presentes nos Objetivos do Milênio e que refletem, também, uma maior preocupação que o país teve nas últimas duas décadas em priorizar estes temas, com políticas muito consistentes nessas áreas. O ODS 11, também bastante citado, é o relacionado a cidades sustentáveis, tema totalmente congruente com o papel das prefeituras e considerado como central no processo de localização da Agenda 2030 (ONU Habitat, 2016). Por outro lado, os objetivos relacionados ao planeta, como os objetivos 14 e 15 (vida na água e vida na terra) foram os menos citados.

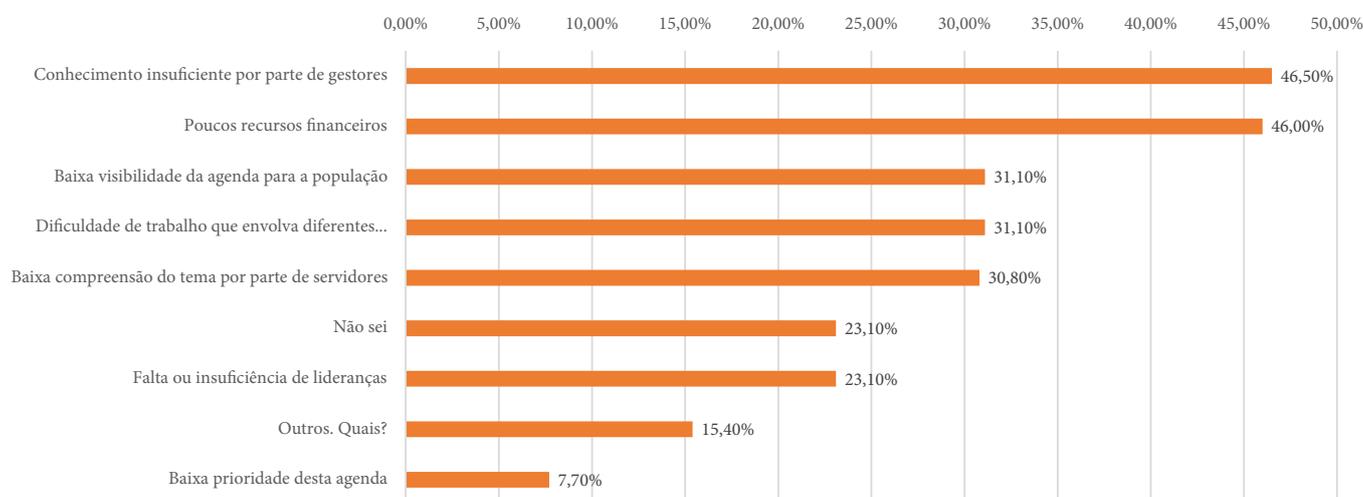
No questionário foi deixada uma pergunta aberta para que os municípios descrevessem brevemente as suas ações relacionadas à Agenda 2030. Alguns municípios relacionam um conjunto de ações, abrangendo vários ODS simultaneamente, com diversas frentes, enquanto outros relataram ações pontuais. Diferentemente do que foi declarado nas respostas sobre quais ODS estavam sendo trabalhados, aqui apareceram com muita frequência temas ambientais,

como Projeto Agroflorestais e reflorestamento, arborização urbana, controle a crimes ambientais, coleta seletiva de lixo e temas de educação aparecem junto com educação ambiental. Segurança alimentar é um tema que também aparece com frequência, assim como a mobilidade urbana. Áreas como educação e saúde surgem mais caracterizadas como ações contínuas permanentes do que caracterizadas como projetos.

3.5 Municípios que não desenvolvem ações da Agenda 2030

Dos 31 municípios que responderam à pesquisa, sete não desenvolvem atividades ligadas à Agenda 2030 e cinco não souberam responder, mas ainda assim alguns trataram as demais perguntas como se o município não tivesse ações da Agenda 2030. Entre eles, estão quatro dos municípios de pequeno porte que não fazem parte do g100. Os fatores mais citados para justificar a não adoção da agenda foram a falta de recursos e o conhecimento insuficiente dos gestores. Outros fatores citados são a dificuldade de trabalho que envolva diferentes setores/ secretarias, isto é, o trabalho intersetorial, a baixa compreensão do tema por parte dos servidores, baixa visibilidade da agenda para a população, falta ou insuficiência de lideranças e a baixa prioridade desta agenda (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Razões para não adoção da Agenda 2030 n=12



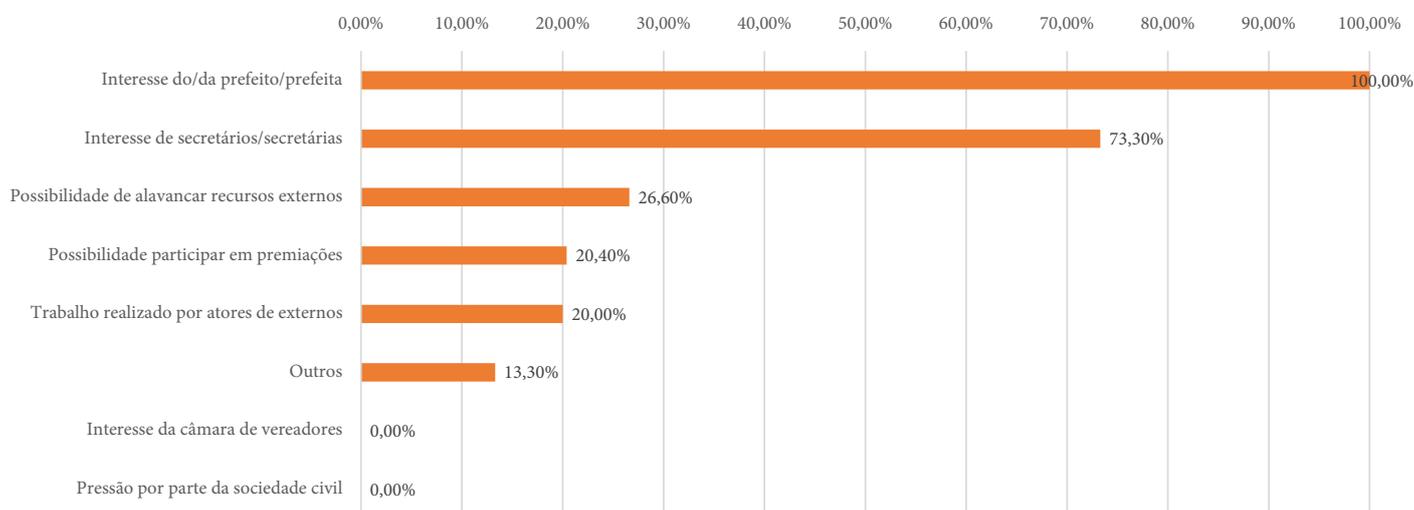
Fonte: Elaborada pelos autores, dados da pesquisa.

Fatores que facilitariam a adoção da agenda por esses municípios foram: ações de capacitação para gestores e servidores, parcerias com outros órgãos do governo federal ou estadual, participar de redes de prefeituras que estão implementando a Agenda 2030 e novos recursos financeiros. Outros pontos citados foram parcerias com organismos internacionais e maior interesse do prefeito. Pressão da câmara de vereadores e da sociedade civil tiveram apenas duas respostas cada.

3.6 Barreiras e facilitadores da implementação da Agenda 2030

A totalidade dos respondentes (15) concorda que o interesse de prefeitos/prefeitas é um dos fatores chaves para adoção da Agenda 2030 no município, 73,3% reafirmam ainda a relevância desse interesse político indicando que os secretários e secretárias municipais também são atores centrais no processo. A possibilidade de alavancar recursos externos para o município e/ou concorrer a prêmios como um dos motivadores foi citado por 26,6% dos respondentes, seguido por 20% que acreditam que ações externas impulsionadas pelos governos federal, estaduais e instituições internacionais também tiveram influência no processo local de adesão à Agenda (Gráfico 4). Aqui, fica claro que o interesse político e o acesso a maiores recursos financeiros são fatores de relevância para a adoção da Agenda no nível local.

Gráfico 4 - Facilitadores da adoção da Agenda 2030 n=15



Fonte: Elaborada pelos autores, dados da pesquisa.

Das 31 prefeituras, 23 são ocupadas por prefeitos e oito por prefeitas, sendo todas elas de municípios integrantes do g100. Entre os municípios governados por mulheres, apenas um não está implementando a Agenda 2030. Interessante notar que existe uma sub-representação das mulheres na política e que apenas 12,1% dos municípios do país são governados por mulheres (Braga *et al.*, 2021), mas elas representam 25,8% das governantes dos municípios que responderam à pesquisa. Nas sete prefeituras governadas por prefeitas, todas desenvolvem ações relacionadas à saúde (ODS 3), seis das prefeituras desenvolvem ações na área de educação (ODS 4) e cinco em igualdade de gênero (ODS 5). Apenas um município governado por homens citou o ODS 5. Esse achado está em sintonia com o trabalho de Brollo e Troiano (2012), que identificou que cidades com prefeitas têm melhores resultados de saúde (consultas de pré-natal e porcentagem de nascimentos prematuros).

Os 31 municípios são governados por prefeitos ou prefeitas de 15 partidos diferentes, sendo o MDB o partido com maior número de prefeituras (seis), seguido do PSD com quatro.

Esses dados foram fornecidos pela FNP para os municípios do g100 e consulta ao site do TSE para os demais municípios. Dada a grande diversidade de partidos políticos, não foi possível tirar nenhuma conclusão a respeito. A posição no ranking do g100 não resultou em diferenças quanto à adoção da agenda, isto é, havia municípios implementando ou não implementado a Agenda, tanto entre os municípios mais vulneráveis quanto entre os menos pobres.

Apesar da baixa referência do papel dos agentes externos no processo como incentivadores, não se pode afirmar que esses tenham relevância diminuída, podendo ser o resultado também reflexo das poucas ações existentes a nível estadual e federal para a localização da Agenda 2030. Essa hipótese é corroborada quando 84,6% dos respondentes referem-se a parcerias com órgãos do governo federal e estadual como incentivador para a futura adoção da Agenda 2030 no município.

Além da capacitação e parceria com órgãos federais e estaduais aparecem também como incentivadores futuros a participação em redes de prefeituras (76,9%), novos recursos financeiros (69,2%) e parcerias com organismos internacionais (61,5%). Maior interesse dos prefeitos/as, aumento do número de servidores, participação da sociedade civil e da câmara de vereadores também são mencionados em uma frequência menor.

Para os municípios que implementam ações relacionadas aos ODS, as principais dificuldades encontradas são a baixa visibilidade da agenda para a população (53,3%); conhecimento insuficiente por parte dos gestores (46,7%), compreensão do tema pelos servidores (46,7%) e dificuldade do trabalho intersetoriais envolvendo diversos setores do município (40%).

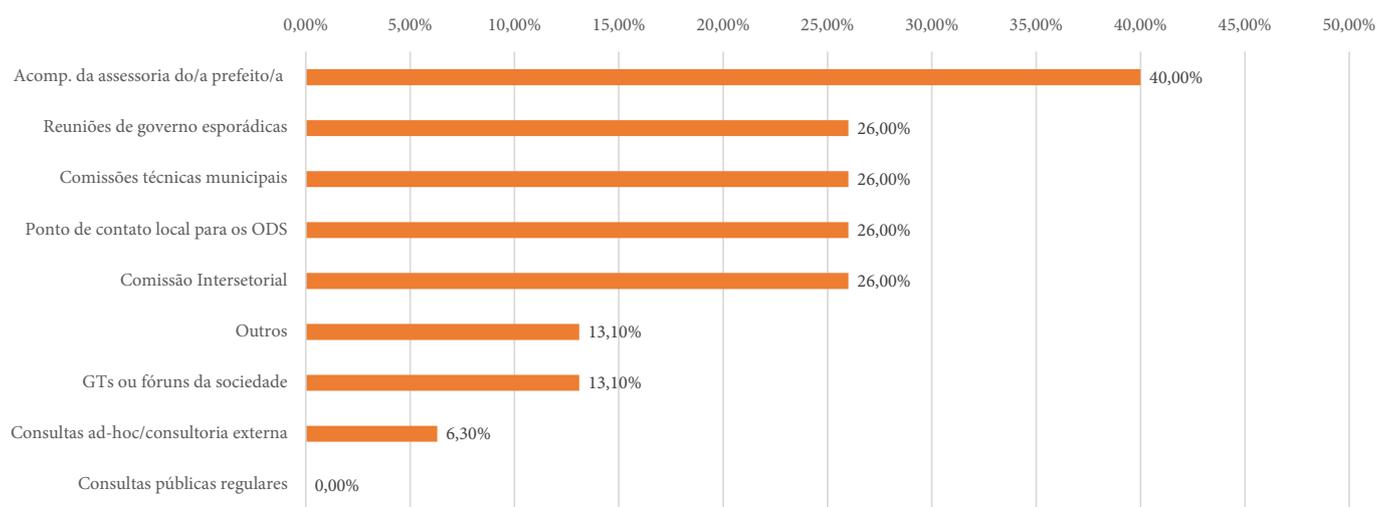
Observa-se que as principais barreiras se repetem entre os grupos de municípios que têm ações dos ODS e aqueles que não têm, com pequenas variações na relevância do fator. A única barreira que chama atenção aqui é a falta de recursos financeiros que aparece entre os municípios que não tem ações, indicando provavelmente que aqueles que desenvolvem ações conseguiram assegurar recursos para tal, mas as barreiras de adesão de gestores, servidores e da sociedade permanecem as mesmas. Os resultados indicam que há uma necessidade de investimento na conscientização e mobilização dos servidores, gestores e sociedade civil de todos os municípios, bem como uma demanda voltada aos desenvolvimentos de políticas públicas intersetoriais

3.7 Governança da Agenda 2030

Outro tema explorado nessa investigação foi a governança dos municípios para a implementação da Agenda. Os processos de governo de cada município podem se apresentar enquanto potencialidades para que os ODS sejam inseridos na agenda política e implementados, a fim de alcançar importantes melhorias na qualidade de vida da população. De acordo com Young (2017), o mecanismo de governança por trás da Agenda 2030, é, em um primeiro momento, o estabelecimento de metas, ou *goal setting*. Já presente, mesmo que de maneira tímida, nos ODM, esse mecanismo ganha robustez dentro do marco dos ODS. Nos municípios, outros mecanismos devem ser explorados.

Os resultados dessa investigação nos permitiram identificar que há diversidade quanto aos mecanismos de governança para a coordenação e acompanhamento dos ODS nos municípios analisados, especialmente ao que se refere ao acompanhamento direto da assessoria do/a prefeito/a, citado por 40% dos representantes dos municípios (Gráfico 5). A cooperação entre diversos atores, em prol do alcance dos objetivos, é uma importante faceta da governança que se apresenta como potente fortaleza para implementação da Agenda.

Gráfico 5 - Mecanismos de governança para a coordenação e acompanhamento dos ODS nos municípios



Fonte: Elaborada pelos autores, dados da pesquisa.

Apesar dos diversos atores envolvidos na implementação da Agenda, o apoio técnico externo ainda não é utilizado pela maioria dos municípios analisados (53,3%). Sabe-se que, não raramente, os municípios apresentam fragilidades na educação permanente em saúde, tanto para profissionais da assistência quanto para aqueles envolvidos com a gestão. Bispo Júnior e Moreira (2017) encontraram durante uma pesquisa na Atenção Básica de seis municípios integrantes do Núcleo Regional de Saúde da Região Sudoeste da Bahia, que as ações de educação permanente eram insuficientes e inadequadas, com oferta de treinamentos esporádicos desenvolvidos por meio de metodologia tradicional de ensino. Assim, além de maiores investimentos na educação permanente, a incorporação de apoio técnico externo, especialmente para profissionais da gestão, pode ser uma alternativa interessante para garantir um monitoramento mais assertivo dos ODS.

Dentre os municípios que utilizam apoio técnico externo, foi citado, especialmente, o apoio de organização não governamental (87,5%), consultoria contratada pela prefeitura (25,0%) e órgão do governo estadual (12,5%).

Quando questionados sobre a realização de monitoramento das ações relacionadas à Agenda 2030, os representantes dos municípios, em sua maioria, relataram que este acontece (53,3%). Porém, 40% alegaram que o monitoramento não acontece e 6,7% não souberam responder. Tal resultado é preocupante, pois, mesmo que o município apresente um

planejamento adequado, essencial para orientar avanços na superação do problema, para a implementação dos ODS, isso não é suficiente. É preciso que o monitoramento e avaliação das intervenções propostas façam parte da agenda dos gestores que, nesse movimento, devem se esforçar para incluir diferentes perspectivas.

Dentre os municípios que realizam o monitoramento, a maioria (33,3%), realiza mensalmente, seguido de anualmente e semestralmente, ambos relatados por 22,2% dos municípios. Porém, a maior parte dos municípios (73,3%) não apresenta documento que descreva ou analise a situação do município em relação aos ODS. Dentre aqueles que apresentaram documento de registro (26,7%), o relato da maioria dos municípios (40%) indica que este aconteceu apenas recentemente, em 2021. Essas são fragilidades para implementação dos ODS. Na maior parte dos municípios, quando realizado, o documento é produzido por técnicos da própria prefeitura (80%), seguido de organização não governamental (20%).

O financiamento de intervenções municipais é uma constante preocupação dos gestores. Nesta pesquisa, 80% dos municípios não contam com financiamento específico para ações voltadas para a Agenda 2030. Quando há financiamento específico, esse é proveniente, apenas, do próprio município.

4. DISCUSSÃO E RECOMENDAÇÕES

A Agenda 2030 surge como um quadro legítimo que cria novas vias políticas de definição de agendas nacionais e de coordenação multilateral, entretanto, embora implicações políticas possam desencadear mudanças significativas na definição da agenda, não necessariamente resultam em compromissos políticos (NOVOVIC, 2022), o que reforça a necessidade de explorar como se constituem, nos territórios, os esforços para implementação da Agenda.

Pode-se considerar que uma limitação do estudo foi a utilização de questionários on-line. Apesar de possibilitar maior alcance de potenciais respondentes, esse formato leva a perdas amostrais consideráveis (Miranda *et al.*, 2018), o que fez com que a amostra do presente estudo não fosse representativa. Ainda assim, o presente trabalho apresenta importantes direcionamentos que podem apoiar o processo de localização dos ODS no país. A pesquisa mostra que dentre os principais facilitadores para a incorporação da Agenda à política municipal estão a existência de ações para capacitação de gestores e servidores, parcerias com outros órgãos do governo federal ou estadual, integração do município a redes de prefeituras que estão implementando a Agenda, disponibilidade de recursos financeiros e interesse das principais lideranças políticas locais. Quanto aos principais desafios identificados está a baixa visibilidade e/ou priorização da Agenda pelos gestores, servidores e população, em razão principalmente da falta de compreensão sobre a estratégia, além da dificuldade de trabalho intersetorial.

Considerando os facilitadores e barreiras identificados pelos municípios participantes, verifica-se a necessidade de ampliar os esforços de informação e sensibilização de prefeitos e

secretários municipais, fornecendo exemplos de iniciativas bem-sucedidas e demonstrando que a definição de metas e monitoramento não é necessariamente complexa. É preciso criar estratégias que apoiem os tomadores de decisão no nível local a incorporar os ODS nos instrumentos de gestão, desde o planejamento até avaliação e monitoramento. Agências ligadas às Nações Unidas, organizações municipalistas como a Frente Nacional de Prefeitos, a Confederação Nacional de Municípios e a Associação Brasileira de Municípios, bem como organizações da sociedade civil e entidades como o Serviço Social da Indústria, entre outros, vêm realizando iniciativas no sentido de mobilizar e orientar os entes subnacionais para implementação da Agenda 2030, seja produzindo publicações, criando premiações, observatórios ou painéis. O Quadro 4 apresenta exemplos de algumas destas iniciativas.

Quadro 4 - Exemplos de iniciativas para o fortalecimento da implementação da Agenda 2030 no Brasil

Iniciativa	Website	Descrição
Rede Estratégia ODS	www.estrategiaods.org.br/	A Estratégia ODS é uma coalizão que reúne organizações representativas da sociedade civil, do setor privado, de governos locais e da academia com o propósito de ampliar e qualificar o debate a respeito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil e de mobilizar, discutir e propor meios de implementação efetivos para essa agenda.
Rede ODS Brasil	www.redeodsbrasil.org/	Idealizado pelo Centro de Apoio às Atividades Populares (CAAP) /PB, a Prefeitura de Barcarena / PA e o Sindicato dos Técnicos Industriais do Espírito Santo (SINTEC/ES). Desde 2015 realizado diversas ações, dentre elas cursos e disponibilização de material bibliográfico e informativo, visando contribuir com a efetiva implementação e
Programa Cidades Sustentáveis (Plataforma)	www.cidadessustentaveis.org.br	Iniciativa nacional da Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas Democráticas e Sustentáveis e do Instituto Ethos, que busca contribuir para ampliar a conscientização sobre o desenvolvimento sustentável na sociedade civil e nos governos locais, por meio de ações como apoio ao monitoramento a partir do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades no Brasil.
Observatório de Políticas Públicas	www.odsobservatorio.com.br/index.php	O Observatório de Políticas Públicas é um instrumento dedicado à análise e compreensão da realidade dos municípios brasileiros, buscando identificar experiências exitosas e soluções inovadoras no campo da gestão pública conectada com os desafios da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e com a Nova Agenda Urbana (NAU).

Iniciativa	Website	Descrição
Portal ODS e Prêmio ODS	https://portalods.com.br/ e https://www.sesipr.org.br/premioods/	Criado pelo SESI, o Sistema de Monitoramento de Indicadores Relatórios Dinâmicos ODS permite acompanhar a situação dos indicadores relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dos municípios. Já o Prêmio Sesi ODS tem como objetivo reconhecer e divulgar práticas inovadoras para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
ODS nos municípios do Brasil	https://ods.cnm.org.br/	Criado pela Confederação Nacional dos Municípios, o site abriga publicações e informações sobre os ODS e dispõe de um aplicativo denominado Mandala Municipal que apresenta dados a fim de diagnosticar, monitorar e avaliar o desempenho dos Municípios brasileiros quanto ao nível do alcance da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de informações disponibilizadas nos websites citados.

Os resultados apontam que, mesmo quando os respondentes destacam projetos municipais referentes à Agenda 2030, e demonstram-se como atores engajados no processo, há uma necessidade de capacitação para o uso da Agenda 2030 enquanto instrumentos de planejamento. As estratégias de capacitação para as gestões locais têm se mostrado pontuais e descontinuadas no país, atingindo alguns poucos municípios, mostrando-se insuficientes para assegurar a implementação dos ODS. A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) foi pioneira na capacitação de gestores locais com vistas a implementação dos ODS, realizando entre os anos de 2018 e 2019 um curso de Especialização em Gestão Local, focalizado nos ODS.

O investimento em capacitação para desenvolvimento de habilidades dos servidores é premente para a tomada de decisões mais assertivas sobre as políticas públicas, implementação e monitoramento dos ODS (Nardone, 2023). Essa capacitação deve conter conceitos práticos de aplicabilidade para a realidade dos municípios, e permitir que a adoção do monitoramento da Agenda 2030 seja integrado com as ações de monitoramento do PPA. Os municípios que não possuem sistemas estruturados de monitoramento do PPA precisarão de apoio específico para tal desenvolvimento, considerando que as ferramentas podem ser desenvolvidas já integradas com os princípios, objetivos, metas e indicadores da Agenda 2030.

A proposta de descentralização oferece estrutura e modelo de gestão apoiado num certo grau de participação de diferentes segmentos da sociedade. Tal processo é eminentemente político, na medida em que se ocupa de negócios públicos e conta com a participação de distintos atores sociais (França, Mantovaneli Júnior, Sampaio, 2012). Desta forma, estratégias de comunicação da Agenda 2030 para a população em geral também são de particular relevância, uma vez que a visibilidade das ações foi apontada nesta pesquisa como um facilitador quando existente e uma barreira quando ausente. Aqui, destaca-se a necessidade de uma boa estratégia de comunicação para que a relação entre as políticas públicas desenvolvidas e seu monitoramento estejam integrados com o avanço de um desenvolvimento sustentável.

Os resultados apontam que há necessidade de financiamento específico para o alcance de metas da Agenda 2030, e quando este existe, as ações são potencializadas. O financiamento do próprio município é uma alternativa para alguns locais, no entanto limitada, sendo importante contar com a captação de recursos externos para acelerar tanto o desenvolvimento de ações para o alcance das metas quanto o seu monitoramento. Vieira (2020) demonstra em seu estudo sobre os ODS3 que em um contexto de financiamento limitado, o alcance das metas é comprometido.

Destaca-se que a dificuldade de implementar e monitorar políticas públicas intersetoriais é, ainda, um desafio a ser superado na gestão pública brasileira, no entanto, observa-se que a Agenda 2030, pelas suas características de indissociabilidade entre os objetivos, pode ser um catalisador das ações (Grin; Pantoja, 2023). De toda forma, a grande diversidade de objetivos e dificuldade de gestão da informação para estabelecer metas locais pode acabar se tornando um impeditivo, uma vez que é essencial a produção de diagnósticos sobre a cidade (Kist; Bellen, 2022). Por isso, recomenda-se que os municípios selecionem metas e indicadores prioritários, de acordo com suas características e necessidade da população. Desta forma, avançarão com foco e direcionamento dos recursos, capacitação, e nas etapas implementação e monitoramento.

Uma boa forma de entrada no universo do estabelecimento de metas e indicadores da Agenda 2030 por parte dos municípios pode ser pela área de saúde, já que como observado, é o ODS 3 o que mais atenção teve até aqui por parte das prefeituras investigadas. Os indicadores de saúde têm a vantagem de estarem fortemente relacionados com a tradição estatística do país, assim, com dados robustos coletados nacionalmente, o que aumenta seu poder de comparabilidade. O monitoramento integrado ao PPA poderá também promover a implementação das ações vinculadas a planejamento e orçamento municipal de acordo com suas prioridades. A análise da situação atual dos municípios por meio desses indicadores contribuirá para identificar os grupos que estão ficando para trás. E a projeção de alcance das metas contribuirá com a definição do caminho de prioridade do planejamento para atingir tais populações.

Dessa forma, recomenda-se que a implementação da Agenda 2030 nos municípios que ainda não desenvolvem ações ou as desenvolvem sem articulação com um processo de monitoramento, tomem os indicadores relacionados à saúde como ponto de partida, podendo expandir o desenvolvimento e monitoramento gradativamente, de acordo com a capacidade incorporada de cada município. Em tempos de recuperação da pandemia será essencial que os grupos mais vulneráveis não sejam ‘deixados para trás’ nas ações de saúde e proteção social, permitindo assim que não sejam alijados dos avanços do desenvolvimento sustentável.

Apesar de muitos trabalhos se dedicarem à temática da Agenda 2030, considera-se a necessidade de mais esforços, em especial na exploração de como a implementação dos ODS vem se consolidando nos territórios. Ademais, os resultados aqui apresentados podem aumentar o poder analítico de futuras pesquisas que visem a análise dos resultados dos ODS nos municípios do g100 de forma comparativa a outros municípios brasileiros.

REFERÊNCIAS

- PLANO de ação 2017 – 2019. 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/plano-de-acao-da-cnods-2017-2019/view>>. 2018a.
- RELATÓRIO de atividades 2017 – 2018. 2018. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/relatorio-cnods-2017-18>>. 2018b.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa. 2011. 279p.
- BISPO JÚNIOR J. P., MOREIRA D. C. Cuidado colaborativo entre os Núcleos de Apoio à Saúde da Família e as equipes apoiadas. *Physis* (Rio J.) 2018; 28:e280310. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00108116>
- BRAGA, M. S; DALCIN, C. C; BONI, M. C. Marchas e contramarchas da sub-representação feminina: desempenho nas eleições municipais de 2020. *Conhecer: debate entre o público e o privado*, v. 11, n. 26, p. 198- 226, 2021. <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2021.11.26.4679>
- BRASIL. *Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: / Secretaria de Governo da Presidência da República, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. – Brasília: Presidência da República, 2017.*
- BROLLO, Fernanda; TROIANO, Ugo. What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil. *Journal of Development Economics*, v. 122, p. 28- 45, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2016.04.003>
- CHASEK, P. S.; LYNN M. W.; FAYE LEONE, A. L.; NATHALIE, R. *Getting to 2030: Negotiating*.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros – Gestão 2017-2020, Disponível em: <https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Guia_para_Integra%C3%A7%C3%A3o_dos_ODS.2017.pdf>. 2017
- ENAP. *Desafios e condicionantes para implementação da Agenda dos ODS na administração pública federal brasileira*. Brasília: Enap, 2018
- FNP. *Histórico e Missão*. Disponível em: <<https://fnp.org.br/fnp/historico>>. Sem data. Acesso em 22 de dezembro de 2022
- FNP. NOTA TÉCNICA – 03/12/20 g100 – um grupo formado pelas fragilidades do sistema federativo do Brasil. Disponível em *NOTA TÉCNICA – 03/12/20 g100 – um grupo formado pelas fragilidades do sistema federativo do Brasil*. 2020.
- FRANÇA, L. M.; MANTOVANELI JÚNIOR, O.; SAMPAIO, C. A. C. Governança para a territorialidade e sustentabilidade: a construção do senso de regionalidade. *Saúde e Sociedade*, v. 21, p. 111-127, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000700010>
- GALLO, E.; SETTI, A. F. F. Território, intersetorialidade e escalas: requisitos para a efetividade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Ciênc. Saúde coletiva*. v. 19, n. 11, p. 4383-4396. 2014. <https://doi.org/10.1590/1413-812320141911.08752014>
- GALVÃO. G. D. *A Agenda 2030 e a participação de governos subnacionais: estudo de caso do estado do Piauí*. Tese [Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, para a obtenção do título de Doutora em Direito]. 2021. Disponível em: <<https://tede.unisantos.br/bitstream/tede/6682/1/Debora%20Gomes%20Galvao.pdf>>.

GARCÍA-PEÑA, C.; GONZÁLEZ-MEDINA, M.; DIAZ-SARACHAGA, J. M. Assessment of the governance dimension in the frame of the 2030 agenda: Evidence from 100 Spanish cities. *Sustainability*, v. 13, n. 10, p. 5519, 2021. <https://doi.org/10.3390/su13105519>

GOMES, M.F; DE OLIVEIRA BARBOSA, E.H; DOS SANTOS OLIVEIRA, I. G. Desenvolvimento sustentável, agenda 2030 e sua adoção no Brasil: superação das desigualdades. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 6, p. 42164-42175, 2020. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n6-670>

GRIN, E.J.; PANTOJA, I. *Agenda 2030 and the Challenges of the Sustainable Urban Development Goals in Brazil: the case of Jundiaí*. In: HUETE GARCÍA, M. Á.; RODRÍGUEZ MIRANDA, A.; UGALDE, V.; MERINERO RODRÍGUEZ, R. (eds) *Urban policy in the framework of the 2030 Agenda*. The Urban Book Series. Springer, Cham. 2023. https://doi.org/10.1007/978-3-031-38473-8_3.

JONES, P., COMFORT, D. A commentary on the localisation of the sustainable development goals. *Journal of Public Affairs*, 20(1), e1943, 2020. <https://doi.org/10.1002/pa.1943>

KIST, Mônica Beppler; BELLEN, Hans Michael Van. Gestão da sustentabilidade em cidades: uma perspectiva considerando a atuação de redes da sociedade civil no processo de análise de políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, v. 56, p. 583-602, 2022. <https://doi.org/10.1590/0034-761220220022>

LACERDA, L.A. *O direito à cidade e o acesso à infraestrutura em municípios metropolitanos do G100: os casos do Novo Gama (GO) e de São Gonçalo (RJ)*. 2022. 182 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

LE BLANC, D. Towards integration at last? The sustainable development goals as a network of targets. *Sustainable Development*, v. 23, p. 176–187. 2015.

MIRANDA, Wanessa Debórtoli de *et al.* Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A no Brasil: um estudo de avaliabilidade. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 42, p. e182, 2018. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.182>

MOURA, J. M. *et al.* Diagnóstico da adesão aos ODS no Brasil: uma análise da incorporação da Agenda 2030 nos governos estaduais e em suas capitais. *XXV Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Lisboa, Portugal, 24 - 27 nov. 2020

NARDONE, J. P. A Assimilação dos ODS, da Agenda 2030, pelos Municípios Brasileiros. *Cadernos*, v. 1, n. 11, p. 107-128, 2023. <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/253>

NOVOVIC, G. Can Agenda 2030 bring about “localization”? Policy limitations of Agenda 2030 in the broader global governance system. *Development Policy Review*, v. 40, n. 4, p. e12587, 2022. <https://doi.org/10.1111/dpr.12587>

ONU HABITAT. Roadmap for localizing the SDGs: Implementation and Monitoring at subnational level. *Global Taskforce of Local and Regional Governments*. UN. 2016 Disponível em: <https://unhabitat.org/roadmap-for-localizing-the-sdgs-implementation-and-monitoring-at-subnational-level>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Sustainable Development Goals: Sustainable Development Knowledge Platform*. Acessado 27 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/?menu=1300.2015>>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development*. Resolution adopted by the General Assembly. 2015b.

RODRIGUES, J. M. *Análise da qualidade da informação, potencialidades e limitações do indicador de mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis e sua utilização nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)*. Dissertação apresentada ao Programa de Informação e Comunicação em Saúde (Icict) para obtenção do grau de Mestre em Ciência (Ppgics). Fundação Oswaldo Cruz, 2017.

SANTOS-CARRILLO, F.; FERNÁNDEZ-PORTILLO, L. A.; SIANES, A. Rethinking the Governance of the 2030 Agenda for Sustainable Development in the COVID-19 Era. *Sustainability*, v. 12, n. 18, p. 7680, 2020. <https://doi.org/10.3390/su12187680>

THE Post-2015 Sustainable Development Agenda. *Review of European, Comparative & International Environmental Law*. v. 25, n. 1, p. 5–14. 2016.

VIEIRA, F. S. O financiamento da saúde no Brasil e as metas da Agenda 2030: alto risco de insucesso. *Revista de Saúde Pública*, v. 54, 2020. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002414>

YOUNG, O. R. Conceptualization: Goal Setting as a Strategy for Earth System Governance. In: KANIE, N.; BIERMANN, F. *Governing through goals*. Cambridge: MIT Press, 2017. p. 31-51. <https://doi.org/10.7551/mitpress/9780262035620.003.0002>.

Márcia Muchagata

<https://orcid.org/0000-0002-5376-3058>

Doutora em Estudos do Desenvolvimento e Mestre em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento, ambos pela Univest University of East Anglia. Engenheira Agrônoma pela Universidade de São Paulo. m.muchagata@uol.com.br

Wanessa Debórtoli de Miranda

<https://orcid.org/0000-0002-0838-9861>

Professora Adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora associada do Instituto René Rachou, Fiocruz Minas. Doutora em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou - Fiocruz Minas. Mestre em Saúde e Nutrição pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Nutricionista pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). wanessa.debortoli@hotmail.com

Luísa da Matta Machado Fernandes

<https://orcid.org/0000-0002-5440-7928>

Pesquisadora do Instituto René Rachou, Fiocruz Minas. Doutora em Saúde Pública pela Universidade Estadual de Nova Iorque (SUNY). Mestre em Saúde Pública pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Gestão Pública pela Fundação João Pinheiro. Bacharel em Fonoaudiologia pela UFMG. luisa.fernandes@fiocruz.br

Fausto Pereira dos Santos

<https://orcid.org/0000-0001-7100-6918>

Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Médico pela Universidade Federal de Goiás. fausto.pereira@fiocruz.br

Zorilda Gomes de Araujo

<https://orcid.org/0009-0006-4375-2773>

Pesquisadora na Estratégia Fiocruz para Agenda 2030. Bacharel em Administração pela faculdade Michelângelo.

zorilda.araujo@fiocruz.br

Rômulo Paes-Sousa

<https://orcid.org/0000-0002-3384-6657>

PhD em epidemiologia pela London School of Hygiene and Tropical Medicine. Médico pela Universidade Federal do Pará.

romulo.paes@fiocruz.br